



PLANO DE AÇÃO 2024/2025

**Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas
Relações de Trabalho (CONAFRET)**

CONAFRET

Coordenadores(as): Renan Bernardi Kalil/Priscila Dibi Schvarcz

1. Projetos Nacionais/GAETs

1.1 Individualização do FGTS	Responsáveis Verena Vieira Sanches Sampaio Borges (Gerente) Pacífico Antônio Luz de Alencar Rocha (Vice Gerente)	Prazo 02/2025	Em andamento
Objetivo: Promover o diálogo social e a proteção social no trabalho, bem como a valorização dos direitos trabalhistas, atuando com objetivo de intermediar a interlocução entre CEF e empresas empregadoras, a fim de promover a individualização do FGTS em depósitos realizados sem discriminação.			
1.2 Plataformas Digitais	Responsáveis Tadeu Henrique Lopes da Cunha (Gerente) Carolina De Prá Camporez Buarque (Vice-Gerente)	Prazo 11/2024	Em andamento
Objetivo: Uniformizar e estruturar a estratégia de atuação do Ministério Público do Trabalho, finalística e promocional, mediante agir orquestrado de seus Membros(as) nas mesmas linhas estratégicas e sob os mesmos mecanismos, instrumentos e medidas a serem adotados, ensejará maior especialização dos Membros(as) do MPT para lidar com a temática, cuja demanda vem crescendo em ritmo acelerado.			
1.3 Enfrentamento às Fraudes no Setor da Saúde	Responsáveis Priscila Dibi Schvarcz (Gerente) Renan Bernardi Kalil (Vice-Gerente)	Prazo 12/2025	Em andamento
Objetivo: Reduzir os casos de fraude à relação de emprego, mediante utilização e desvirtuamento de institutos previstos em lei, buscando uma maior integração entre o MPT, entidades e conselhos profissionais, com objetivo da criação, operacionalização e implantação de mecanismos de controle e monitoramento das relações de emprego dos profissionais da área da saúde			

1.4 Fortalecimento da Saúde do Trabalhador no SUS (intercoordenadorias)	Responsáveis Priscila Dibi Schvarcz (Gerente Conafret)	Prazo 12/2025	Em andamento
Objetivo: Fortalecer as instâncias do SUS que atuam na Saúde do Trabalhador, bem como das diferentes instâncias de controle social no tema de modo a trazer benefícios para a saúde e segurança do trabalhador.			

2. Grupos de Trabalho/Grupos de Estudos

2.1 GT Estagiários	Responsável Gustavo Rizzo Ricardo (Coordenador)	Prazo 01/2025	Em andamento
Objetivo: Sistematizar, uniformizar e ampliar a atuação do MPT no combate de fraudes à relação de emprego através do desvirtuamento de estágios; e fiscalização do cumprimento pelas instituições de ensino superior, públicas e privadas, das obrigações previstas na Lei 11788/2008.			

2.2 GT Apanha de Aves	Responsável Daniel Gemignani (Coordenador)	Prazo 08/2025	Não iniciada
Objetivo: Sistematizar e uniformizar a atuação do MPT em relação às fraudes trabalhistas e ao meio ambiente do trabalho na atividade dos trabalhadores da apanha de aves destinadas às Unidades de Abate e Processamento de Carnes, apoiando a atuação das Procuradoras do Trabalho e dos Procuradores do Trabalho titulares de investigações e ações judiciais, quando demandado, a fim de aprimorar a conduta das empresas tomadoras desse serviço			

3. Outras iniciativas

3.1 Elaboração de obra comemorativa dos 20 anos da Conafret	Responsáveis Renan Bernardi Kalil Priscila Dibi Schvarcz Carolina de Prá Camporez Buarque	Prazo 10/2024	Em andamento
Objetivo: Promover uma análise da atuação do Ministério Público do Trabalho no combate às fraudes nas relações de trabalho nas últimas duas décadas, examinar o atual estágio socioeconômico para a garantia dos direitos trabalhistas e apontar os principais desafios que se colocam em relação ao tema.			

3.2 GEAF IURD	Responsáveis Renan Bernardi Kalil Priscila Dibi Schvarcz Juliano Alexandre Ferreira	Prazo 05/2025	Em andamento
Objetivo: Atuação de modo uniforme no âmbito dos Procedimentos: 000788.2022.03.000/6, 002102.2021.04.000/5, 001548.2021.10.000/1, 000381.2021.14.000/6, 003435.2021.15.000/9, 000739.2021.16.000/5, 001059.2021.17.000/4, 001437.2021.20.000/3, autuados em face da Igreja Universal do Reino de Deus, em trâmite na Procuradorias Regionais do Trabalho da 3ª, 4ª, 10ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª e 20ª Regiões, assim como para adoção das medidas judiciais e extrajudiciais dele decorrentes.			

3.3 GEAF IFOOD	Responsáveis Renan Bernardi Kalil Priscila Dibi Schvarcz Alberto Emiliano de Oliveira Neto	Prazo 05/2025	Em andamento
Objetivo: Atuação uniforme e conjunta em prol dos desdobramentos litigiosos referentes a supostas práticas antissindiciais e discriminatórias pela empresa iFood, contra os trabalhadores que lhe prestam serviços como entregadores, notadamente àquelas que se avizinham em face do objeto da NF nº 000869.2022.09.000/7 e da NF 002056.2022.02.000/1, em trâmite nas Procuradorias Regionais do Trabalho da 9ª e 2ª Regiões, respectivamente, assim como para adoção das medidas judiciais e extrajudiciais dele decorrentes.			

3.4 GEAF UBER/99	Responsáveis Renan Bernardi Kalil Priscila Dibi Schvarcz Tadeu Henrique Lopes da Cunha	Prazo 01/2025	Em andamento
Objetivo: Atuação no Inquérito Civil nº 002751.2019.05.000/8, autuado em face das empresas UBER DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA. e 99 TECNOLOGIA LTDA., em curso na Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região, assim como para o adequado tratamento das suas repercussões judiciais e extrajudiciais. A atuação foi ampliada para todo o país, estando ainda em fase de instrução.			

3.5 GEAF UBER	Responsáveis Renan Bernardi Kalil Priscila Dibi Schvarcz Eliane Lucina	Prazo 11/2024	Em andamento
Objetivo: Atuação despersonalizada na Ação Civil Pública 1001379.33.2021.5.02.0004, ajuizada contra a UBER do Brasil Tecnologia Ltda e acompanhada por meio do PAJ nº 006079.2021.02.000/1. A ACP trata do reconhecimento do vínculo empregatício entre motoristas e a empresa.			

3.6 GEAF CBD	Responsáveis Renan Bernardi Kalil Priscila Dibi Schvarcz Antônio Pereira Nascimento Júnior	Prazo 08/2024	Em andamento
Objetivo: Atuação no Inquérito Civil nº 003783.2014.02.000/4, autuado em face da empresa COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO, em curso na Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, assim como para o adequado tratamento das suas repercussões judiciais e extrajudiciais.			
3.7 GEAF Doalnara	Responsáveis Renan Bernardi Kalil Camilla Mello e Lima	Prazo 01/2025	Em andamento
Objetivo: Atuação despersonalizada na Ação Civil Pública nº 0000502-27.2023.5.05.0661, ajuizada contra o Grupo Doalnara e cujos desdobramentos são acompanhados por meio do PAJ nº 232.2023.05.002/9, e em outros feitos extrajudiciais e judiciais que dela porventura decorrerem.			
3.8 Capacitações sobre o trabalho via plataformas digitais: técnicas de investigação e estratégias de atuação	Responsáveis Renan Bernardi Kalil Priscila Dibi Schvarcz	Prazo 12/2025	Em andamento
Objetivo: Capacitar os participantes para tratar do atual contexto jurídico sobre o trabalho via plataformas digitais com o enfoque em dois eixos: 1) aplicação de penalidades e bloqueios realizados pelas plataformas com base em tratamento automatizado de dados pessoais, sem garantia de prévio acesso ao conteúdo registrado e a consequente defesa prévia; 2) fomento às notificações de agravos à saúde de trabalhadores plataformizados no SINAN. As capacitações (no total de 2) devem ser realizadas em conjunto com a SETEF-PGT e a ESMPU, nos meses de outubro/2024 e outubro/2025.			
3.9 Capacitação sobre o Projeto Estratégico Enfrentamento às Fraudes no Setor da Saúde	Responsáveis Renan Bernardi Kalil Priscila Dibi Schvarcz	Prazo 06/2025	Em andamento
Objetivo: Capacitar os participantes para identificar a ocorrência de fraudes nos contratos de prestação de serviços, cooperativas e desvirtuamento da pessoa jurídica (“pejotização”) que impliquem prática ilícita e que sejam capazes de estabelecer estratégias de atuação para enfrentar as fraudes no setor da saúde. As capacitações (no total de 2) devem ser realizadas em conjunto com a SETEF-PGT e a ESMPU, nos meses de agosto/2024 e março/2025.			
3.10 Reunião com a Receita Federal para tratar do aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público do Trabalho em relação a aspectos tributários da pejotização.	Responsáveis Renan Bernardi Kalil Priscila Dibi Schvarcz	Prazo 12/2024	Em andamento
Objetivo: Articulação com a Receita Federal para tratar de aspectos tributários referentes à “pejotização”, buscando o aperfeiçoamento da atuação do MPT.			

3.11 Articular junto à Coordenação-Geral de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde a elaboração de orientação ou nota informativa nacional para padronização nas notificações de agravos à saúde dos trabalhadores plataformizados	Responsáveis Renan Bernardi Kalil Priscila Dibi Schvarcz	Prazo 12/2025	Em andamento
Objetivo: Articulação com a Coordenação-Geral de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde (CGSAT) para buscar a elaboração de orientação nacional voltada à padronização das notificações de agravos à saúde dos trabalhadores plataformizados.			
3.12 Articulação com a Secretaria de Assuntos Legislativos e com a Comissão Permanente de Acompanhamento Legislativo para acompanhamento de projetos de lei de interesse da Conafret	Responsáveis Renan Bernardi Kalil Priscila Dibi Schvarcz	Prazo 12/2025	Em andamento
Objetivo: Monitorar e intervir no processo legislativo por meio de reuniões, notas técnicas, diálogos com parlamentares e participações em audiências públicas em iniciativas legislativas que tratem de temas relacionadas às fraudes nas relações de trabalho			
3.13 Articular junto à representação do MPT junto à PFDC da PGR para organização de força-tarefa em comunidades terapêuticas relacionada ao GT Saúde Mental	Responsáveis Jeane Carvalho de Araújo Colares Renan Bernardi Kalil Priscila Dibi Schvarcz	Prazo 12/2024	Em andamento
Objetivo: Articulação com a representação do Ministério Público do Trabalho junto à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão da Procuradoria-Geral da República para organização de força-tarefa em comunidades terapêuticas com o objetivo, dentre outros, de verificar as relações de trabalho nesses espaços.			
3.14 Acordo de Cooperação Técnica com conselhos profissionais para fiscalização sobre estágio	Responsáveis Gustavo Rizzo Ricardo Renan Bernardi Kalil Priscila Dibi Schvarcz	Prazo 12/2025	Em andamento
Objetivo: Celebração de acordo de cooperação técnica com conselhos profissionais para que essas entidades, quando realizam fiscalizações sobre o exercício da atividade profissional, verifique como o estágio é realizado. Essa informação será enviada para o MPT, com o objetivo de permitir a realização de diligências para examinar o cumprimento da Lei n. 11.788/2008			
3.15 Audiência pública com entidades que realizam estágio no setor de farmácia	Responsáveis Gustavo Rizzo Ricardo Renan Bernardi Kalil Priscila Dibi Schvarcz	Prazo 12/2024	Em andamento
Objetivo: Como decorrência do recebimento de relatório de fiscalização elaborado pelo Conselho Profissional de Farmácia, realização de audiência pública com as unidades concedentes e instituições de ensino em face das quais foram detectadas irregularidades sobre o estágio.			

3.16 Articulação com entidades de representação de trabalhadores	Responsáveis Renan Bernardi Kalil Priscila Dibi Schvarcz	Prazo 12/2025	Em andamento
Objetivo: Articulação com a entidades de representação dos trabalhadores para divulgação dos projetos estratégicos da Conafret, com o objetivo de divulgar a atuação do MPT e receber subsídios para aprimorar o combate às fraudes nas relações de trabalho.			

